



ATA N.º 15/2024

DA 2.ª REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO DE 2024  
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS,  
REALIZADA A 3 DE DEZEMBRO DE 2024

-----No dia 3 de dezembro de 2024, no Auditório do Edifício dos Paços do Concelho Séc. XXI, reuniram-se os Membros da Assembleia Municipal de Lagos para continuação da Sessão Ordinária de dezembro de 2024 da mesma Assembleia, cuja 1.ª Reunião se tinha realizado no passado dia 2 de dezembro de 2024 e de que faltam tratar os seguintes Pontos da **ORDEM DO DIA**:

- PONTO 2 - *Informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município;*
- PONTO 5 - *Apreciação e votação da Proposta da Minuta de Protocolo a estabelecer entre o Município de Lagos e a Freguesia São Gonçalo de Lagos - Atribuição de subsídio para reabilitação de edifício destinado à Sede da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos;*
- PONTO 6 - *Apreciação e votação da proposta de Contrato-Programa a celebrar entre o Município de Lagos e o Centro de Ciência Viva de Lagos;*
- PONTO 7 - *Apreciação do Relatório da 4.ª Comissão sobre o trabalho desenvolvido na área da Solidariedade e Inovação Social e votação das Recomendações constantes no mesmo;*
- PONTO 8 - *Apreciação e Votação da proposta dos Instrumentos de Gestão previsional para 2025 – Lagos-Em-Forma, Gestão Desportiva, E.M., S.A. e parecer do Fiscal Único sobre os instrumentos de gestão previsional.*

-----**ABERTURA DA REUNIÃO:** Dado o pedido de substituição, para a Sessão, da Sra. 1.ª Secretária da Mesa, Maria Paula Couto (PS) e estando presente o 2.º Secretário da Mesa, José Jácome (PS), assumiu este as funções de 1.º Secretário. A Sra. Presidente da Mesa, Maria Joaquina Matos (PS) convidou para exercer as funções de 2.º Secretário, durante esta Reunião, um Membro do PS, Sr. Joaquim Lopes. Verificada a existência de quórum, deu início à presente Reunião, quando eram 20 horas e 44 minutos, verificando-se as seguintes presenças:

| GRUPO MUNICIPAL | NOME/CARGO DO(A) MEMBRO   |
|-----------------|---|
| PS              | Carlos Manuel Martins da Saúde Fernandes<br>(Presidente da Freguesia de São Gonçalo de Lagos)                               |
| PS              | Carlos Manuel Pereira Fonseca<br>(Presidente da Freguesia de Odiáxere)  |
| PS              | Dina Paula Furtado Bravo Seromenho de Cintra  |
| PS              | Duarte Nuno Evangelista Lopes Rio<br>(Presidente da Junta de Freguesia União de Freguesias de Bensafrim e Barão de S. João) |
| PS              | Joaquim Alexandre Imaginário Russo  |



Fl. 237v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL**  
**DE**  
**LAGOS**

|       |  |
|-------|--|
| PS    | Joaquim Manuel Martins Lopes<br>(2.º Secretário, em exercício)                     |
| PS    | José António dos Santos Guerreiro  |
| PS    | José Manuel da Silva Jácome<br>(1.º Secretário, em exercício)                      |
| PS    | Madeleine Filipe Fernandes da Silva  |
| PS    | Márcio Filipe dos Santos Viegas  |
| PS    | Maria Helena Rodrigues Martins Regino<br>(Tesoureira da Junta de Freguesia da Luz) |
| PS    | Maria João Travanca Gervásio Batista   |
| PS    | Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos<br>(Presidente)                          |
| PS    | Maria Manuela de Jesus Duarte  |
| PS    | Maria Manuela Margarido Rodrigues  |
| PS    | Natércia Maria Baptista Reigada  |
| PSD   | Ana Paula Duarte Paulino de Cintra Seromenho                                       |
| PSD   | José Joaquim Pacheco dos Reis  |
| PSD   | Marco Filipe de Matos Monteiro   |
| CDU   | Ana Paula Pereira Viana  |
| CDU   | José Manuel da Glória Freire de Oliveira   |
| LCF   | Cristina Luísa Dias Marreiros  |
| LCF   | José Manuel Boto Vieira  |
| CHEGA | Paulo Jorge do Rosário Dias  |
| BE    | José Manuel Maia dos Santos  |

**-----SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL:**

| <b>GRUPO MUNICIPAL</b> | <b>NOME DO MEMBRO</b>                    | <b>PERÍODO SUBSTITUIÇÃO</b> | <b>SUBSTITUTO</b>                   |
|------------------------|--|-----------------------------|-------------------------------------|
| PS                     | Maria Clara de Paiva Boléo da Silva Rato | Reunião                     | Madeleine Filipe Fernandes da Silva |
| BE                     | David Eduardo Vicente Roque              | Reunião                     | José Manuel Maia dos Santos         |

**-----SUBSTITUIÇÃO DE MEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL - TOMADA DE POSSE:**

| <b>GRUPO MUNICIPAL</b> | <b>NOME DO MEMBRO</b>                   | <b>PERÍODO SUBSTITUIÇÃO</b> | <b>SUBSTITUTO</b>              |
|------------------------|---|-----------------------------|--------------------------------|
| PSD                    | Milvia Filipa Pires de Campos Gonçalves | Reunião                     | Marco Filipe de Matos Monteiro |



| GRUPO MUNICIPAL | NOME/CARGO DO MEMBRO   | SITUAÇÃO  |
|-----------------|--|---|
| PS              | João Fernando Rosado Reis<br>(Presidente da Freguesia da Luz)                      | Solicitou substituição para a Reunião, ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do Artigo 18.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais. |
| PS              | Maria Helena Rodrigues Martins Regino<br>(Tesoureira da Junta de Freguesia da Luz) | Substitui o Sr. João Reis   |

-----MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAGOS QUE ESTIVERAM PRESENTES NA REUNIÃO:

| PARTIDO | NOME/CARGO DO(A) MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL           |
|---------|---|
| PS      | Hugo Miguel Marreiros Henrique Pereira - Presidente   |
| PS      | Paulo Jorge Correia dos Reis - Vice-Presidente        |
| PS      | Luís Alberto Bandarra dos Reis - Vereador             |
| PS      | Sandra Maria Almada de Oliveira - Vereadora           |
| PS      | Sara Maria Horta Nogueira Coelho - Vereadora          |
| PSD     | Pedro Augusto Borges de Lima Palma Moreira - Vereador |

-----VERIFICOU-SE A AUSÊNCIA, NESTA REUNIÃO, DO MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL, a seguir indicado:

| PARTIDO | NOME/CARGO DO(A) MEMBRO DA CÂMARA MUNICIPAL       |
|---------|---|
| CDU     | Alexandre Afonso Marques Ribeiro Nunes - Vereador |

-----PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

-----PONTO 2 - INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO: Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-691-8.-----

O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) congratulou a Câmara Municipal pela continuidade das iniciativas e da iluminação natalícia. Questionou quem autorizou a colocação de um contentor marítimo na Praça do Infante. Relativamente ao prazo de execução do PRR, perguntou quais os riscos que o Município enfrentará caso as empreitadas abrangidas pelo plano não estejam concluídas até ao final do prazo, que medidas poderão ser tomadas nesse cenário e quais os projetos em maior risco. Sobre as obras no Tribunal de Lagos, recordou que o Sr. Presidente da Câmara Municipal havia referido que as mesmas teriam início em dezembro de 2023, não transitando para o ano seguinte. No entanto, passado mais de um ano, constatou que ainda não se iniciaram, questionando o motivo do atraso e se o risco de transição para 2024 teve algum impacto. Quanto ao Mercado de Peixe da Luz, lembrou que vários municípios reivindicaram a sua reabertura e perguntou se a avaliação prometida pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal foi realizada e se será possível reabrir o mercado.-----



Fl. 238v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

-----A Sra. Ana Paula Viana (CDU) referiu que a Unidade de Saúde Familiar dos Descobrimentos, no Centro de Saúde, se encontra sem telefone para marcação de consultas e questionou se será tomada alguma medida para resolver esta situação. Relativamente ao elevado número de pessoas que têm recorrido aos serviços da Câmara Municipal, perguntou como estão a funcionar os serviços da AIMA, como irão operar e qual o balanço até ao momento. Solicitou ainda o ponto de situação da homenagem à escritora Sophia de Mello Breyner nos passadiços da Ponta da Piedade.-----

-----O Sr. Márcio Viegas (PS) destacou que, entre setembro e outubro, decorreram muitos eventos culturais, como é habitual, e elogiou o prazo de pagamento de cinco dias, a regularização dos pagamentos em atraso e o aumento da taxa de endividamento para 40%. Realçou como pontos positivos as comemorações do Dia do Município, que considerou dignificantes. Sublinhou ainda a importância da limpeza das linhas de água, onde o Município tem desenvolvido um excelente trabalho, nomeadamente na freguesia de Bensafrim e Barão de São João. Enalteceu o projeto My Polis, resultante de uma candidatura à iniciativa Portugal Inovação Social, que promove a cidadania ativa nas escolas em vários níveis de ensino. Recordou que, em outubro, retomaram os trabalhos do Conselho Municipal da Juventude e destacou que a próxima reunião seria realizada no LAC, descentralizando as reuniões da Câmara Municipal. Referiu também outros eventos organizados pelo Município. Informou que, segundo um inquérito aos turistas, Lagos é preferido, em primeiro lugar, pelo turismo de natureza, em segundo pelo turismo cultural e apenas em terceiro pelo sol e mar. Por motivos técnicos não foi possível captar parte da intervenção. Concluiu questionando qual o balanço do verão.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) solicitou o ponto de situação relativamente à resposta à petição da Associação de Moradores do Bairro 25 de Abril. Questionou ainda o andamento do processo da fortaleza e da entrada da barra; pediu esclarecimentos sobre as muralhas, a Igreja de Santa Maria e o Forte da Meia Praia; sobre as antigas instalações da Guarda Fiscal e da GNR perguntou qual a situação atual desses dois edifícios; solicitou ainda o ponto de situação sobre a requalificação do parque ao lado do Estrela da Luz.-----

-----A Sra. Dina Cintra (PS), relativamente à gestão da água, elogiou o trabalho do Município, referindo que, de momento, não se registam fugas e que, quando ocorrem, são reparadas de imediato. Destacou ainda que, nas análises periódicas realizadas no âmbito do Programa de Controlo da Qualidade da Água para Consumo Humano, não foi detetado qualquer incumprimento. Realçou também as empreitadas em curso que visam garantir uma gestão eficiente e sustentável deste recurso e questionou quais os projetos previstos para assegurar a continuidade da estratégia municipal para a água.-----

-----A Sra. Cristina Marreiros (LCF) solicitou o ponto de situação sobre a instalação da ciclovia em Lagos. Recordou que, por diversas vezes, foi referida a necessidade de remover os obstáculos nos passeios, de modo a garantir melhor mobilidade para todos, e questionou para quando estava prevista essa intervenção. Sublinhou ainda a urgência da colocação de uma passadeira junto do Centro Escolar da Luz, situação



que continua sem resolução. Assinalou também que os arbustos continuam a interferir na circulação pedonal. Relativamente ao património, manifestou preocupação pelo seu estado de conservação, salientando que o turismo cultural representa cerca de 26% em Lagos. Lembrou as várias necessidades de recuperação do património. Referiu, ainda, que as comemorações do aniversário da morte do Infante D. Henrique foram insuficientes, considerando que se perdeu uma excelente oportunidade para atrair turistas. Questionou se a Polícia Municipal está a monitorizar os vendedores ambulantes na Ponta da Piedade. Sobre os equipamentos culturais, perguntou se existem discrepâncias entre os números de entradas e os valores de merchandising, concluindo ao questionar qual a empresa responsável pela revisão dos regulamentos municipais.-----

-----O Sr. José Reis (PSD) questionou, face à perda de efetivos na Polícia Municipal e à falta de candidatos para esta força de segurança, que medidas estavam a ser ponderadas para resolver esta situação e se a mesma terá futuro.-----

A Sra. Maria João Batista (PS) agradeceu o trabalho desenvolvido pelo Município, que resultou em reconhecimentos nas áreas do desporto e da ação social. Acrescentou que também se destacou pelo trabalho ambiental, com a atribuição da Bandeira Azul de Ambiente e Educação, símbolo das boas práticas nas políticas locais de sustentabilidade. Lembrou que a Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos é uma eco-freguesia e que as escolas primárias do Concelho são eco-escolas, evidenciando que o trabalho em rede está a ser eficaz e contribui para que os lacobrigenses possam viver com mais qualidade. Enfatizou igualmente o apoio dado às pessoas em situação de sem-abrigo e vulnerabilidade, realçando o trabalho realizado em cooperação com o NEPISA, que tem desenvolvido esforços de diagnóstico e planeamento. Concluiu sublinhando que todo este trabalho demonstra o compromisso do Município em integrar e melhorar a qualidade de vida destas pessoas, promovendo a sua reintegração social.-----

-----O Sr. José Maia Santos (BE) questionou o ponto de situação da eventual aquisição, por parte da Câmara Municipal, das instalações da Eletrolagos, uma vez que os trabalhadores ainda não tinham sido informados. Recordou, ainda, que o Município de Lagos é o concelho com a maior taxa de esforço do país para aquisição de habitação.-----

-----A Sra. Manuela Rodrigues (PS) referiu que o serviço de recolha de monos e resíduos está com um prazo de resposta de três dias, assim como a recolha de resíduos indiferenciados, na qual se têm desenvolvido ações de sensibilização junto das escolas e da população. Lembrou que, com a colaboração das escolas, nos dias 18 e 19 de outubro de 2024 foi recolhida uma grande quantidade de chorões e outros resíduos por todo o Concelho, o que permitiu, por um lado, manter os espaços limpos e, por outro, capacitar a população para a adoção de bons comportamentos ambientais. Questionou ainda se a Câmara Municipal tem notado diferença nos comportamentos dos cidadãos e, relativamente aos que continuam a colocar lixo junto aos contentores, se a Autarquia prevê tomar medidas para combater essas práticas.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) recordou o trabalho desenvolvido pelo



Fl. 239v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

NEPISA, desde a reintegração de pessoas em situação de sem-abrigo no mercado laboral até ao acompanhamento de grupos que frequentam espaços públicos. Referiu, a título de exemplo, que em determinadas praias, inicialmente destinadas a acolher refugiadas ucranianas, têm agora pernoitado vários homens, que chegam mesmo a utilizar roupas de outras famílias para se instalarem, questionando como está a ser feito o acompanhamento desta situação e se a mesma é do conhecimento do NEPISA.-----

-----A Sra. Manuela Duarte (PS) esclareceu que o contentor colocado na Praça do Infante integrava um projeto cultural conjunto entre o Museu Municipal e o LAC, reconhecendo, no entanto, que a ação poderia ser considerada censurável. Quanto às comemorações do aniversário da morte do Infante D. Henrique, referiu que o programa foi mais curto por opção da Câmara Municipal e considerou que, em vez de críticas, seria importante que houvesse maior participação nessas iniciativas. Destacou ainda a recente realização de uma conferência sobre algas invasoras e o desafio da manutenção de praias mais limpas, que contou com a presença de várias entidades e Municípios de todo o país, felicitando o Município de Lagos pela iniciativa.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) lembrou que, a 18 de novembro do ano corrente, o seu Grupo Municipal enviou um requerimento a solicitar o número de alunos a frequentar o ensino público e que, até ao momento, não obtiveram resposta. Referiu, a título comparativo, que o mesmo pedido feito aos dois pólos universitários obteve resposta em apenas três dias. Questionou quantos alunos existem a mais em relação ao ano letivo anterior, quantos ficaram sem professor, quantos docentes e não docentes estão em falta, bem como o ponto de situação no pré-escolar, nomeadamente o número de crianças que ficaram de fora. Salientou que continua em falta informação sobre estas matérias e lembrou ainda que o Município de Lagos apresenta uma das mais elevadas taxas de esforço do país no acesso à habitação, considerando urgente encontrar soluções para este problema.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, esclareceu que, relativamente ao contentor marítimo colocado na Praça do Infante, este integrou um projeto organizado pelo Município, em parceria com o Ministério da Cultura e a CCDR, no âmbito da iniciativa “Libertação da Memória” e do debate sobre a escravatura em Lagos, que constitui uma marca incontornável da história da cidade. Informou que o projeto decorreu entre 31 de outubro e 14 de novembro e incluiu várias ações, entre as quais uma exposição dentro do contentor, representando a temática da escravatura, que infelizmente ainda persiste, embora sob outras formas. Relativamente ao PRR, explicou tratar-se de um mecanismo dinâmico que permite múltiplas formas de financiamento, levantando, contudo, diversas dúvidas. Afirmou que, em princípio, não existe nenhum projeto em risco, sublinhando que o Governo não pretende deixar de financiar as iniciativas inseridas nas Estratégias Locais de Habitação, bem como as relacionadas com a Saúde e a Educação. Admitiu, ainda assim, que poderão existir projetos que não venham a ser contemplados, obrigando a Autarquia a procurar novas linhas de financiamento, exemplificando algumas situações. Sobre as obras no Tribunal de Lagos, informou que o atraso se deveu a



problemas da responsabilidade do Ministério da Justiça, prevendo-se o início da intervenção entre o final de 2024 e o início de 2025. Relativamente ao Mercado da Luz, explicou que, após contactos com moradores e com o último vendedor, que entretanto tinha optado por outros objetivos de vida, este manifestou vontade em regressar ao mercado, estando a situação em análise para se encontrar uma solução adequada. No que respeita ao NPISA, destacou o trabalho positivo desenvolvido em articulação com a Autarquia e informou que foi celebrado um protocolo para utilização da antiga escola da Meia Praia como espaço de apoio a pessoas em situação de sem-abrigo. Acrescentou que poderá também ser utilizada a antiga escola primária de Espiche, já anteriormente adaptada para acolher cidadãs ucranianas refugiadas, entretanto desativada após a sua integração e autonomia. Está agora a ser estudada a hipótese de reconverter esse espaço em habitação de função para professores. Relativamente à central telefónica do Centro de Saúde, informou que o Município, em articulação com os quadros clínicos, tem tentado resolver a situação junto da ULS Algarve, estando o problema em vias de solução. Sobre o aglomerado de pessoas junto ao balcão da AIMA, explicou que se deveu à divulgação pública da abertura do gabinete em Lagos, o que levou muitos cidadãos, em desespero, a procurar atendimento imediato. Manifestou expectativa de que, com a abertura de outros gabinetes a nível nacional, a situação estabilize, sublinhando a necessidade de apoiar os migrantes que procuram uma vida melhor. Quanto aos passadiços da Ponta da Piedade, informou que está em estudo, com o projetista, o recuo de alguns equipamentos de modo a permitir a homenagem a Sophia de Mello Breyner e a naturalização do espaço. Relativamente aos eventos culturais e desportivos, referiu que decorreram de forma positiva. Sobre o verão, destacou que, apesar de agosto ter sido mais fraco face ao período homólogo, o ano, no seu conjunto, correu financeiramente bem. Relativamente à petição da Associação de Moradores do Bairro 25 de Abril, referiu que serão feitos os melhoramentos possíveis, embora condicionados pelas construções ilegais existentes, que dificultam algumas intervenções. Informou que se pretende, em articulação com a APA, legalizar o bairro em vez de renaturalizar, como previsto no plano anterior, o que foi aceite pela entidade. Quanto ao património, informou que se encontram em análise os projetos para o Forte da Ponta da Bandeira, a Igreja de São Sebastião e as muralhas, estas últimas com diferentes estados de maturação, estando previsto um investimento de cerca de 6.000.000,00 € (seis milhões de euros), dependente da abertura de avisos de financiamento em articulação com o Ministério da Cultura. Relativamente à entrada da barra e ao molhe junto ao Cais da Solaria, informou que aguardam autorização da DGRM para avançar com a intervenção. Sobre os edifícios da antiga Guarda Fiscal, na Praça de Armas, e da GNR da Luz, informou que existe interesse na aquisição para instalação de serviços, estando dependente da retificação dos valores apresentados. Quanto à ciclovia, informou que o projeto se encontra praticamente concluído, aguardando apenas reunião entre técnicos e Executivo para definição do local de início das obras. Relativamente à remoção de obstáculos nos passeios, esclareceu que o processo decorre progressivamente, sendo mais difícil a realocação de postes de iluminação instalados há mais de trinta anos. Referiu que,



Fl. 240v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

após diagnóstico dos percursos utilizados pelos utentes da Casa de Santo Amaro, foram criados circuitos intervencionados para remover os principais obstáculos, lembrando que a execução será gradual. Sobre a Rua da Várzea, explicou que está previsto alterar o sentido da via, reduzir a circulação a uma faixa e instalar passeios delimitados por pinos. Quanto à Ponta da Piedade, esclareceu que, apesar da apreensão de mercadorias a vendedores ilegais, a atividade persiste, surgindo novos vendedores logo após as ações de fiscalização, não sendo possível manter vigilância permanente. Informou que a revisão dos regulamentos municipais se encontra em fase de consulta prévia, prevendo-se a adjudicação a uma empresa de âmbito nacional. No que respeita às forças de segurança, salientou que as dificuldades de recrutamento afetam todas as polícias, referindo que as remunerações não correspondem às responsabilidades e riscos da função e que a profissão tem perdido atratividade. Explicou que está em curso a procura de um segundo comandante, oriundo da PSP, e que a desistência de agentes é um problema transversal a outros Municípios. Garantiu, contudo, que não irão desistir da contratação, embora exista limite de idade para os candidatos. Relativamente ao processo judicial dos dois lotes em expropriação, informou que o Tribunal já determinou as avaliações e peritagens, aceites pelo Município, estando os valores pagos e aguardando-se a ordem de pagamento aos trabalhadores e colaboradores da massa falida. Sobre a taxa de esforço da habitação, afirmou que os valores divulgados não provêm de fonte oficial e decorrem, sobretudo, dos preços por metro quadrado praticados em Lagos, contrastando com os baixos salários. Recordou o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal para disponibilizar habitação a preços acessíveis, mitigando o problema. Relativamente ao pré-escolar, informou que se inscreveram sessenta novas crianças, sendo igual o número das que não obtiveram vaga. Garantiu, contudo, que nenhum aluno ficou sem aulas, apesar da falta de professores, explicando que as disciplinas sem docente foram asseguradas por divisão da carga letiva entre os professores do quadro.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) manifestou satisfação pela perspectiva de as instalações da antiga escola de Espiche virem a ter uma nova utilização, esperando que sejam efetivamente convertidas em habitação para professores. Relativamente à habitação, destacou que, segundo dados do INE, o Concelho de Lagos é o quarto mais caro do país e o mais caro do Algarve em termos de taxa de esforço. Sobre a Polícia Municipal, questionou se os bens apreendidos ficam na posse desta força de segurança e, em caso afirmativo, qual o local destinado ao seu depósito, de modo a garantir a verificação da legalidade. Referiu-se ainda ao auditório municipal, questionando se existe algum acordo relativo à instalação de oitenta gatos e se já existe previsão para a sua transferência para instalações mais definitivas.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) observou que algumas das respostas apresentadas foram vagas, motivo pelo qual o seu Grupo Municipal irá apresentar um requerimento solicitando esclarecimentos mais detalhados e objetivos.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, respondeu que, relativamente aos campinhos da Luz, a intervenção se encontra integrada noutro pacote de medidas, estando-se a aguardar pela conclusão do levantamento das necessidades de requalificação para se avançar com o respetivo processo. Quanto às



questões relacionadas com a Polícia Municipal, esclareceu que existe um espaço destinado ao depósito do material apreendido e sublinhou que esta força atuará sempre em conformidade com a lei. Referiu ainda que não será tolerada qualquer falta de respeito para com o Município, recordando o episódio da apreensão de cento e vinte trotinetas, entre outros casos semelhantes. Reiterou que a Câmara Municipal apoiará os empresários, mas que, perante situações de desrespeito, a lei será aplicada de forma firme e sem concessões.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) assinalou que não tinha sido dada resposta relativamente ao auditório municipal e ao gatil.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, esclareceu que o gatil foi transferido para as instalações do Parque Júdice Cabral, em caráter de urgência, e informou que está em preparação uma solução definitiva, a par da requalificação do canil/gatil municipal, para assegurar condições adequadas aos animais. Relativamente à requalificação do auditório e à terceira fase do Anel Verde, informou que, no início de 2025, será lançado um novo concurso de ideias, que permitirá definir a intervenção a realizar na 3.ª fase e proceder à retificação das 1.ª e 2.ª fases do projeto.-----

-----**PONTO 5 - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA MINUTA DE PROTOCOLO A ESTABELECEM ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGOS E A FREGUESIA SÃO GONÇALO DE LAGOS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO À SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO GONÇALO DE LAGOS:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-691-9.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS), explicou que o processo para a construção da nova sede da Junta teve início no mandato de 2013-2017, quando a Câmara Municipal era presidida pela Dr.ª Joaquina Matos. Nessa altura, concluiu-se que a melhor localização seria nas antigas oficinas da Escola Secundária Júlio Dantas, pela acessibilidade proporcionada pela rede de transportes da Onda, pela proximidade ao Mercado de Santo Amaro e por se situar numa zona residencial. Contudo, esse terreno pertencia à Parque Escolar e já estava reservado para a futura sede da Filarmónica 1.º de Maio, o que levou a um processo de diálogo entre o Município, a Junta de Freguesia e a Filarmónica. Esta última reconheceu a pertinência da instalação da nova sede da Junta naquele espaço, tendo o Município assegurado melhores condições para a futura sede da Filarmónica, alcançando-se assim um acordo tripartido. Posteriormente, a Autarquia adquiriu o espaço à Parque Escolar e transferiu-o para a Junta de Freguesia. Face à incapacidade financeira desta Junta para suportar as obras necessárias, foi solicitado apoio à Câmara Municipal, que elaborou a minuta de contrato agora em apreciação, prevendo ainda a obtenção do parecer do Tribunal de Contas. O orador manifestou a expectativa de que a adjudicação da obra possa ainda ocorrer no presente mandato autárquico, garantindo maior dignidade aos serviços prestados e aos cidadãos.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) felicitou a Câmara Municipal pela celeridade na



Fl. 241v.

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOS

atribuição do subsídio, defendendo, no entanto, que a mesma rapidez deveria ser aplicada a todas as Juntas de Freguesia. Recordou que a cedência das instalações ocorreu em novembro de 2022, condicionada à conclusão da nova sede até novembro de 2025, questionando como foi possível elaborar esta minuta sem solicitar previamente a prorrogação do prazo. Estranhou ainda a ausência dessa diligência, sublinhando que tal condiciona a execução da obra. Acrescentou que o documento carece de informação completa sobre o processo, tendo sido ultrapassadas etapas que deveriam constar.-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João, Duarte Rio (PS), felicitou a Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos pela conquista, salientando que a Câmara Municipal tem procurado reforçar a proximidade das Juntas às populações, dotando-as de mais responsabilidades e melhores condições físicas. Referiu ainda que está em estudo um projeto de habitação municipal em propriedade horizontal, com previsão de lojas. Comparou as situações, destacando que, neste caso, uma Junta urbana passará de uma loja em propriedade horizontal para um edifício próprio, enquanto a sua freguesia rural terá igualmente uma nova sede em edifício com condições adequadas. Acrescentou que, em Bensafrim, a concentração de serviços junto ao mercado e a criação de um parque de estacionamento contribuirão para valorizar a zona. Indicou o sentido de voto.-----

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) declarou o sentido de voto e recordou que, desde a primeira referência a estas instalações como futuras da Filarmónica 1.º de Maio, a CDU tem acompanhado o processo, congratulando-se com o desfecho, atendendo à localização e ao financiamento assegurado. Relativamente à Junta de Freguesia da União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João, referiu que esta se encontra numa situação semelhante à das instalações da Assembleia Municipal, sugerindo que a deliberação ficasse condicionada à apresentação da renovação do contrato com a respetiva Junta de Freguesia.-----

-----O Sr. José Reis (PSD) referiu que o Grupo Municipal do PSD concorda com a solução encontrada e que, apesar da existência da cláusula sétima, será sempre possível proceder a uma revisão antes do termo do contrato. Indicou, em seguida, o sentido de voto.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, explicou que, em conjunto com as Juntas de Freguesia, tem sido delineada uma estratégia para a melhoria das suas condições de funcionamento. Assinalou que apenas a Junta de Freguesia de Odiáxere já conseguiu edificar a sua nova sede, melhorando a dignidade dos seus serviços, enquanto as restantes autarquias ficaram para trás nesse processo. Nesse sentido, e considerando que a Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos é a que se encontra com o processo mais adiantado, decidiu-se avançar com a requalificação do antigo Bloco C da Escola Secundária Júlio Dantas para instalação da nova sede da Junta. Explicou que este edifício, inicialmente afeto à Parque Escolar, ficou disponível após se considerar que a expansão da escola deveria ser direcionada para a Rua da Filarmónica, onde se situava a sede do CCD. Este bloco estava, numa primeira fase, destinado à Filarmónica 1.º de Maio, mas, após conversações entre o Município e a instituição, foi alcançado um acordo que



permitiu que o edifício fosse destinado à Junta de Freguesia, ficando o Município responsável pela requalificação e ampliação da sede da Filarmónica, obra que deverá arrancar no início de 2025. Relativamente às restantes freguesias, informou que a solução para a nova sede da Junta de Bensafrim já está em curso e que os processos relativos à Junta de Barão de São João e à Junta da Luz decorrerão no próximo mandato autárquico. Esclareceu ainda que, após várias reuniões, foi concluído o estudo prévio e que a DGPT, bem como os restantes serviços competentes, emitiram parecer favorável. Sobre o prazo definido na cláusula sétima do contrato, referiu que não se prevê a necessidade de revisão, mas, caso tal se revele necessário, poderá ser prorrogado. Manifestou a expectativa de que a nova sede esteja concluída até setembro de 2025.

-----O Sr. José Manuel Freire (CDU) recordou que este processo já se arrasta há vários anos e salientou que, no caso da Praça de Armas, deve ser devidamente preservada e destacada a sua referência histórica. Sublinhou que o Conde de Ferreira, um dos maiores negreiros do país, esteve ligado àquela praça e que, nesse mesmo espaço, ocorreu a última execução pública, devendo tais aspetos constar de forma clara.

-----Posto isto, foi colocado a votação o Ponto Cinco da Ordem do Dia: **PROPOSTA DA MINUTA DE PROTOCOLO A ESTABELECEMOS ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGOS E A FREGUESIA SÃO GONÇALO DE LAGOS - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO PARA REABILITAÇÃO DE EDIFÍCIO DESTINADO À SEDE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO GONÇALO DE LAGOS**, obtendo o seguinte resultado:

|                      | PS | PSD | CDU | LCF | CHEGA | BE | TOTAL     |
|----------------------|----|-----|-----|-----|-------|----|-----------|
| <b>VOTOS A FAVOR</b> | 16 | 3   | 2   | 2   | 0     | 1  | <b>24</b> |
| <b>ABSTENÇÕES</b>    | 0  | 0   | 0   | 0   | 1     | 0  | <b>1</b>  |
| <b>VOTOS CONTRA</b>  | 0  | 0   | 0   | 0   | 0     | 0  | <b>0</b>  |

-----**DELIBERAÇÃO N.º 149/AM/2024:**

-----**Aprovado**, por maioria com 24 votos a favor (16 do PS [(Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Dina Cintra, Duarte Rio, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Guerreiro, José Jácome, Madeleine Silva, Márcio Viegas, Maria Helena Regino, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Duarte, Maria Manuela Rodrigues, Natércia Reigada)], 3 do PSD [Ana Paula Seromenho, José dos Reis, Marco Monteiro], 2 da CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], 2 da LCF [José Vieira, Cristina Marreiros], 1 do BE [José Maia Santos]) e 1 abstenção do CHEGA (Paulo Rosário), a Minuta de Protocolo a estabelecer entre o Município de Lagos e a Freguesia de São Gonçalo de Lagos - Atribuição de subsídio para reabilitação de edifício destinado à Sede da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos, nos termos previstos na alínea j) do no n.º 1, do Artigo 25.º, do Anexo I, do Regime Jurídico das Autarquias Locais e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 26 de novembro de 2024.

-----O Grupo Municipal Singular do CHEGA apresentou a seguinte Declaração de Voto: “Primeiro que tudo dar os parabéns pela rapidez processual com que este



Fl. 242v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

pedido de subsídio foi despachado pelo Sr. Presidente. Tendo em conta que o pedido da Junta deu entrada agora no dia 19 de novembro, e no dia 20 temos um despacho do Sr. Presidente, uma informação técnica do jurista, temos um despacho da Chefe de Divisão e temos ainda uma proposta completa do Sr. Presidente à Câmara Municipal, tudo num só dia. Isto prova que quando há vontade as coisas acontecem. Era bom que as outras Juntas de Freguesia do Concelho recebessem a mesma dedicação e prioridade que o Presidente da Câmara deu neste caso à Junta de Freguesia de São Gonçalo. Ora bem. Percebe-se que a cedência do espaço à Junta de Freguesia por parte da Câmara Municipal ocorreu em novembro de 2022. Que essa cedência foi na condição da Junta de Freguesia construir a nova sede em 3 anos. Ou seja, desde novembro de 2022 que a Junta de Freguesia ficou com esta obrigação. A divisão jurídica esclarece na sua informação que a interpretação é mesmo a conclusão do edifício até novembro de 2025, sob pena da restituição da cedência. Como pode esta assembleia estar a aprovar uma minuta de protocolo que não tem nem condiciona prazo para conclusão da obra? Podemos ver que a Junta de Freguesia apenas solicita este subsídio em Setembro de 2024. Deverá ter os seus motivos para não o ter pedido antes, mas verificamos que não foi pedida uma extensão do prazo da cedência que possibilita a obra a subsidiar. Das duas uma, ou a Junta de Freguesia tem legitimidade para realizar obras em edifícios da Câmara Municipal, ou é preciso alguma distração para se acreditar que uma empreitada de conceção-execução de um edifício de 1.6Mil que ainda tem que ir a Visto do TC e a Concurso Público, seja uma obra concluída em poucos meses. Mais grave que essa distração, atente-se que a Chefe de Divisão Jurídica, Dr.<sup>a</sup> Santa Clara, no seu despacho de 20 de novembro, tem o cuidado de pedir primeiramente informação ao Departamento de Planeamento precisamente devido à necessidade de conformação com o calendário da empreitada, para depois ser apreciado pela Câmara Municipal. No entanto, o Sr. Presidente desvalorizou este despacho e no mesmo dia atirou o assunto para Reunião de Câmara sem a informação que a Chefe de Divisão pede ao Departamento de Planeamento. E todo o executivo aprovou a proposta ignorando o despacho da Chefe de Divisão Jurídica. Gostaríamos por isso que o Sr. Presidente desse uma explicação a nós que vamos votar este subsídio, incluindo o próprio Presidente da Junta que o vai receber e certamente defende que seja um processo o mais correto possível.”-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS) referiu que pretende que, até ao final deste mandato autárquico, esteja concluído o procedimento concursal para a construção da nova sede para que todos os funcionários possam ter melhores condições para atender os seus fregueses.-----

-----**PONTO 6 - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGOS E O CENTRO DE CIÊNCIA VIVA DE LAGOS:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-691-11.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, explicou que o contrato-programa agora apresentado se baseia no anterior e constitui uma mais-valia tanto



para os alunos como para os visitantes, destacando que o Centro de Ciência Viva de Lagos é um dos melhores do país. Sublinhou que, para manter a sua atividade, este equipamento necessita do apoio do Município.-----

-----O Sr. Paulo Rosário (CHEGA) questionou: “Porquê apenas agora se estabelece um contrato-programa com esta Associação, quando desde a sua fundação, em 2009, o Município financia o funcionamento do centro, conforme previsto nos estatutos? Porquê só em 2024? Relativamente aos valores, a comparticipação financeira tem sido, nos últimos anos, na ordem dos 70 mil euros. Porque motivo subiu para 190 mil em 2023, mantendo-se esse valor em 2024 e 2025? O que aconteceu na gestão corrente em 2023 que justifique este aumento para mais do dobro, tratando-se de custear apenas o funcionamento do centro?”-----

-----O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Gonçalo de Lagos, Carlos Saúde (PS), congratulou o Município pela medida e recordou que não se deve negar o apoio às áreas da Cultura, História e Educação, sublinhando o benefício do apoio prestado pela Câmara Municipal e pela população. Indicou o sentido de voto.-----

-----A Sra. Cristina Marreiros (LCF) salientou a importância do Centro de Ciência Viva para a população e indicou o sentido de voto. Acrescentou que seria relevante conhecer os relatórios e contas da instituição, para melhor perceber a aplicação das verbas do contrato, e questionou sobre o ponto de situação do Centro Interpretativo da Caravela.-----

-----O Sr. Presidente da Câmara Municipal, Hugo Pereira, respondeu que o financiamento deveria ser partilhado entre três entidades — Município, Universidade do Algarve e Agência Nacional — mas, na prática, tem recaído sobretudo sobre o Município, o que justifica o aumento dos valores de comparticipação. Explicou que o Município encara este equipamento como um edifício municipal e que, tratando-se de um centro de ciência viva, deve cumprir a sua função educativa e científica, sendo utilizado também como extensão das salas de aula. Defendeu, por isso, a necessidade de apoiar financeiramente o centro. Relativamente ao momento em que foi possível elaborar o contrato-programa, esclareceu que tal se deveu ao facto de a entidade responsável apenas decidir tardiamente os valores a atribuir ao Centro de Ciência Viva, situação que tem provocado derrapagens. Informou, contudo, que estão a ser feitos esforços para que, a meio de 2025, se possa preparar atempadamente o próximo contrato-programa. Sobre o Centro Interpretativo da Caravela, informou que o mesmo passará a ser gerido pelo Município, estando já previstos os seus custos e receitas neste documento. Acrescentou que aguardam ainda alguns pareceres da CCDR Algarve para preparar a abertura deste espaço, que se destina a receber os mais jovens e visitantes.-----

-----Posto isto, foi colocado a votação o Ponto Seis da Ordem do Dia: **PROPOSTA DE CONTRATO-PROGRAMA A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE LAGOS E O CENTRO DE CIÊNCIA VIVA DE LAGOS**, obtendo o seguinte resultado:



Fl. 243v.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS

|               | PS | PSD | CDU | LCF | CHEGA | BE | TOTAL |
|---------------|----|-----|-----|-----|-------|----|-------|
| VOTOS A FAVOR | 16 | 3   | 2   | 2   | 0     | 1  | 24    |
| ABSTENÇÕES    | 0  | 0   | 0   | 0   | 1     | 0  | 1     |
| VOTOS CONTRA  | 0  | 0   | 0   | 0   | 0     | 0  | 0     |

-----**DELIBERAÇÃO N.º 150/AM/2024:**

-----**Aprovado**, por maioria com 24 votos a favor (16 do PS [(Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Dina Cintra, Duarte Rio, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Guerreiro, José Jácome, Madeleine Silva, Márcio Viegas, Maria Helena Regino, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Duarte, Maria Manuela Rodrigues, Natércia Reigada), 3 do PSD [Ana Paula Seromenho, José dos Reis, Marco Monteiro], 2 da CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], 2 da LCF [José Vieira, Cristina Marreiros], 1 do BE [José Maia Santos]) e 1 abstenção do CHEGA(Paulo Rosário), o Contrato-Programa estabelecido entre o Município de Lagos e o Centro de Ciência Viva de Lagos, nos termos previstos no n.º 5, do Artigo 47.º, do Regime Jurídico da Atividade Empresarial Local e das Participações Locais e conforme a proposta apresentada pela Câmara Municipal de Lagos aprovada na sua reunião pública ordinária realizada no dia 26 de novembro de 2024.-----

-----O Grupo Municipal Singular do CHEGA apresentou a seguinte Declaração de Voto: “Nas várias versões do contrato-programa proposto pelo CCVL, existe uma discrepância entre o que consta nos considerandos propostos, alertando para a necessidade da comparticipação financeira financiar as actividades do CCVL do ano de 2024, e a estrutura de pagamento e vigência, que refere também o ano de 2025. A inclusão de comparticipação para o ano de 2025 foi proposta pela Vereadora Sara Coelho, que é também a Presidente da Direção da Associação participada. Eticamente consideramos desde logo incorrecto que seja a vereadora Sara Coelho a propor, informar e conduzir o processo de financiamento a si própria enquanto Presidente da Direção da associação participada, colidindo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 69.º do CPA e ainda ferindo das consequências de anulabilidade previstas nos artigos 76.º, n.º 1, e 163.º, n.º 2 do CPA. Consideramos pois, que neste processo a Vereadora Sara Coelho que é simultaneamente Presidente da Direção do CCVL deveria ter-se declarado impedida de participar enquanto Vereadora da Câmara Municipal, por ser suscetível de comprometer a sua imparcialidade, devendo ser levado a cabo o procedimento aludido nos artigos 70.º e 71.º do CPA e 55.º, n.º 6 do RJAL.”-----

-----**PONTO 7 - APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DA 4.ª COMISSÃO SOBRE O TRABALHO DESENVOLVIDO NA ÁREA DA SOLIDARIEDADE E INOVAÇÃO SOCIAL E VOTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NO MESMO:** Foi dispensada a leitura da Informação em causa, uma vez que a mesma tinha sido oportunamente remetida aos Grupos Municipais e a todos os Membros da Assembleia Municipal a qual fica arquivada em pasta anexa ao presente livro de atas sob o número D-691-12.-----

-----A Sra. Maria João Batista (PS) informou que, desde maio de 2022, têm sido



realizadas diversas reuniões com os parceiros sociais, que considerou cruciais para o Concelho, por disponibilizarem serviços essenciais de apoio às famílias em várias áreas. Recordou que, apesar dos desafios enfrentados, estes parceiros têm desenvolvido trabalho em rede com o Município, sendo esta a única forma de garantir que os lacobrigenses tenham acesso aos serviços indispensáveis. Referiu que, na segunda reunião, estiveram presentes entidades que prestam apoio aos mais carenciados, que enumerou, explicando o papel de cada uma na sociedade. Acrescentou que a terceira reunião, que contou com a presença da Sra. Vereadora Sara Coelho, foi particularmente produtiva, permitindo compreender de forma mais clara o que o Município tem feito para apoiar as famílias em maiores dificuldades. Concluiu que, do conjunto destas reuniões, resultou a constatação de que o trabalho tem vindo a ser realizado, embora ainda exista muito por fazer, tendo sido elaboradas recomendações que constam do documento em apreciação, que enumerou.-----

-----Posto isto, foi colocado a votação o Ponto Sete da Ordem do Dia: **RELATÓRIO DA 4.ª COMISSÃO SOBRE O TRABALHO DESENVOLVIDO NA ÁREA DA SOLIDARIEDADE E INOVAÇÃO SOCIAL.**-----

-----**DELIBERAÇÃO N.º 151/AM/2024:**

-----**Aprovado**, por unanimidade com 25 votos a favor (PS [(Carlos Fonseca, Carlos Saúde, Dina Cintra, Duarte Rio, Joaquim Lopes, Joaquim Russo, José Guerreiro, José Jácome, Madeleine Silva, Márcio Viegas, Maria Helena Regino, Maria João Batista, Maria Joaquina Matos, Maria Manuela Duarte, Maria Manuela Rodrigues, Natércia Reigada], PSD [Ana Paula Seromenho, José dos Reis, Marco Monteiro], CDU [Ana Paula Viana, José Manuel Freire], LCF [José Vieira, Cristina Marreiros], CHEGA [Paulo Rosário], BE [José Maia Santos]), após apreciação do Relatório elaborado pela sua 4.ª Comissão Especializada Permanente de Educação, Cultura, Desporto, Juventude, Saúde, Solidariedade e Inovação Social, as Recomendações à Câmara Municipal de Lagos constantes no Relatório, as quais se transcrevem: “- A criação de mecanismos de divulgação do trabalho das Instituições e/ou Associações com intervenção na área Social no Concelho, através do Balcão Virtual, prestando de forma clara, informação ao cidadão sobre o modo de acesso a essas Instituições e/ou Associações, a designação e as valências das mesmas, os contactos e links de acesso; - A reflexão sobre o modelo do espaço de atendimento do Serviço Social da Autarquia, tendo em conta a priorização da segurança e da privacidade no atendimento; - Que continue a apostar num trabalho de proximidade “com e para as pessoas”, através de programas no âmbito da Rede Social e também do serviço prestado pelo Serviço de Ação Social da Autarquia, continuando a investir para isso em serviços e equipamentos sociais que visem melhorar a qualidade de vida de todos os residentes, em especial a dos cidadãos mais vulneráveis.”-----

-----**APROVAÇÃO EM MINUTA:** De seguida foi aprovada, por unanimidade, a minuta de todas as deliberações tomadas pela Assembleia Municipal no decurso da presente Reunião.-----

-----**FORMA DE VOTAÇÃO NAS DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Em todas as deliberações tomadas no decorrer da presente Reunião, foi utilizada a forma de



Fl. 244v.

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
LAGOS**

votação por braço levantado e por Grupo Municipal representado na Assembleia.---

-----**ENCERRAMENTO DA SESSÃO:** E, nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente da Mesa, declarou encerrada a Sessão eram 23 horas e 7 minutos da qual, para constar, foi extraída a presente Ata que eu, José Manuel da Silva Jácome, 1.º Secretário, em exercício, da Mesa da Assembleia Municipal de Lagos, mandei lavrar, subscrevi e assino juntamente com a sua Presidente, Sra. Maria Joaquina Baptista Quintans de Matos.-----

.....

.....

-----